



A construção do objeto de pesquisa em educação ambiental crítica: reflexões a partir de escolas municipais em Duque de Caxias, RJ.

Carlos Frederico B. Loureiro – LIEAS/UFRJ

Marcio Douglas Floriano – LIEAS/UFRJ

Resumo: O trabalho analisou a construção do objeto de pesquisa em Educação Ambiental(EA), partindo da prática de professores(as) de escolas no entorno da Refinaria Duque de Caxias, RJ. Precarização material e das relações de trabalho, além do reducionismo originado por propostas oficiais de EA exigem amadurecimento teórico/epistemológico do(a) professor(a). O eixo estruturante foi a aproximação entre a prática da EA nas escolas, e os vários agentes sociais de seu entorno, dando materialidade ao objeto de pesquisa na perspectiva da justiça ambiental. Teoricamente estruturada no materialismo histórico, nas formulações da ecologia política e na educação ambiental crítica(EAC). Compôs-se por levantamento de conflitos socioambientais locais, entrevistas com professores(as) e responsáveis. Concluiu-se que, apesar de práticas de EA majoritariamente conservadoras, e observando a situação de vulnerabilização da população, há efetivamente possibilidades de articulação entre uma pedagogia crítica, a justiça ambiental e a ecologia política na consolidação do objeto de pesquisa em EAC.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Ecologia Política, Justiça Ambiental.

Abstract: The work analyzed the construction of the object of research in Environmental Education(EA), starting from the practice of teachers in schools around the Duque de Caxias Refinery, RJ. Material precariousness and labor relations, in addition to the reductionism originated by official EA proposals, require theoretical/epistemological maturation of the teacher. The structuring axis was the approximation between the practice of EA in schools, and the various social agents of its surroundings, giving materiality to the object of research in the perspective of environmental justice. Theoretically structured in historical materialism, in the formulations of political ecology and critical environmental education(EAC). It consisted of surveying local socio-environmental conflicts, interviews with teachers and those in charge. It was concluded that, despite mostly conservative EA practices, and observing the situation of vulnerability of the population, there is effectively the possibility of articulating critical pedagogy, environmental justice and political ecology in the consolidation of the research object in EAC.

Key words: Environmental Education, Political Ecology, Environmental Justice.

Introdução

Desde a década de 1990 a educação ambiental (EA) vem ganhando espaço nos currículos das escolas de ensino básico. Apesar da criação em 1973 de uma Secretária Especial do Meio Ambiente (Decreto 73.030/73), foi na década de 1990, com a promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9795/99) que a EA ganhou importante impulso em sua institucionalização (LAYRARGUES; LIPAI;



PEDRO, 2007). Contudo, tal institucionalização foi concomitante a um momento de recomposição burguesa em níveis mundiais e de implementação de novas sociabilidades do capital, na busca da manutenção de sua hegemonia, que tem no discurso da sustentabilidade uma estratégia para tentar dar tons mais “humanos” à exploração do trabalho e da natureza. Com esse desígnio, as classes dominantes internacionais mudaram a forma de se relacionar com as classes subalternas, buscando alcançar seus objetivos mais pela construção de consenso do que pela coerção, ainda que esta seja sempre necessária á reprodução das formas de dominação no sociometabolismo do capital. Assim, na América Latina, a agenda do capital baseada em “recomendações” de organismos internacionais como as Gêmeas de Bretton Woods - Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) - e outros organismos ligados à Organização das Nações Unidas (ONU), como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), passaram a comandar um complexo processo de reconfiguração das relações sociais, abrangendo aspectos culturais e educacionais, dentre outros vistos como estratégicos.

Accioly (2015) argumenta que o campo ambiental e a educação ambiental no Brasil, se consolidaram na esteira da reconfiguração comandada por organismos internacionais. Forjada em conferências, encontros e seminários internacionais, essa investida dos organismos citados tem se materializado na confecção de documentos que operam uma formatação liberal de terceira via na educação e nas relações do capital com a população, especialmente em áreas periféricas do capitalismo, como o Brasil, que tem se configurado nas últimas três décadas como áreas exportadoras de produtos primários, numa ratificação contemporânea da Divisão Internacional do Trabalho, inaugurada com a expansão marítima dos séculos XV e XVI. Gonçalves (2014) argumenta que o modelo econômico adotado atualmente no Brasil segue a lógica da “volta ao passado”, isto é, o Modelo Liberal Periférico com uma economia externamente vulnerável, posto que se sustenta na produção/exportação de *commodities* o que a torna suscetível às variações de preços no mercado global. Nas palavras do autor:

O argumento central é que, a primeira década do século XX, mais precisamente durante o Governo Lula (2003-2010), a estrutura econômica brasileira iniciou ou aprofundou tendências que comprometeram a capacidade de desenvolvimento do país no longo prazo. Estas tendências são: desindustrialização e dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; desnacionalização; perda de competitividade internacional; crescente vulnerabilidade externa estrutural; maior concentração de capital e política econômica marcada pela dominação financeira (GONÇALVES, 2014, p. 89).

É nesse contexto que os professores (as) são submetidos a um processo de precarização/privatização da escola pública; que vem acompanhado pela perda da autonomia do trabalho docente, devido inclusive a práticas gerencialistas instituídas pelas secretarias de educação; e as parcerias público-privado (subordinando o primeiro ao segundo) são estabelecidas e difundidas como forma por excelência de propagação da EA na escola.

O espaço onde se deu nossa análise é bastante representativo desse “novo” momento da economia brasileira, visto que é permeado por contradições e conflitos ambientais oriundos da existência de um pólo industrial, formado pela Refinaria Duque de Caxias (REDUC) e por um conjunto de escolas que são mobilizadas a aderirem às políticas estatais conformadas pelo padrão de sociabilidade do capital.



O conjunto de ações de EA desenvolvidas na região de Campos Elíseos pode ser considerado como aspecto fundamental da construção de uma pesquisa de EAC na região. Aqui referimo-nos as escolas da Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias. Há 56 escolas municipais situadas no segundo distrito¹, destas algumas são diretamente afetadas pelas atividades do pólo industrial, embora a maioria seja afetada em maior em menor grau. Poluição atmosférica, riscos de acidentes oriundos de atividades de refino, transformação e transporte de derivados de petróleo entre outros formam um mosaico de vulnerabilidades dessa população. O elenco de conflitos e socioambientais registrados na região em que se encontram essas escolas, serviria como importantes indutores de atividades de EAC, contudo, o que se apurou é que o discurso hegemônico no campo da EA, ou seja, discurso conservador, biologizante e que culpabiliza individualmente a população, predomina nas escolas, como ficou demonstrado no gráfico 1.

Baseado nos trabalhos de Rios (2011), Floriano (2011) e Silva (2007), podemos definir 14 escolas diretamente situadas em áreas abrangidas pela planta do pólo industrial. A análise dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) de quatro dessas escolas², duas elaboradas por Rios e duas por Floriano, mostrou que embora os documentos cite alguns aspectos que poderiam ser considerados como críticos, a tônica aponta para a prevalências de práticas de EA descontextualizadas e pela busca de uma consciência individual que elevaria a atual sociedade a um patamar superior, onde a consciência ecológica e preservação seriam automáticas. Ainda nesse aspecto, as entrevistas com professores mostraram que predominam atividades como reciclagem, coleta seletiva de lixo e utilização “racional” de recursos naturais.

Enfim, com exceção de alguns professores, que utilizam a história e as condições socioeconômicas da região como temas geradores, predominam atividades que não apontam para a participação social, emancipação ou autonomia dos alunos e seus familiares na gestão do ambiente.

A partir do exposto acima, nossa análise teve como recorte espacial o 2º Distrito do Município de Duque de Caxias, especificamente a região do entorno da REDUC no qual reside uma população, em sua maioria, ambientalmente vulnerabilizada e submetida a precárias condições de vida. O objetivo foi analisar a trajetória de pesquisas em EA, por professores e professoras, em uma região com tais características. Partindo de concepções teóricas da EAC e da ecologia política, buscou-se evidenciar a importância do amadurecimento teórico do educador e de sua aproximação com os agentes sociais do entorno da escola, como fundamentais para a construção de uma práxis crítica e emancipatória de EA.

O discurso do desenvolvimento sustentável como escamoteador das desigualdades e injustiças sociais

O conceito de sustentabilidade atualmente ganhou status de consensual em todas as esferas da sociedade. Palavra polissêmica capaz de apaziguar os conflitos e disputas entre classes e frações de classes na sociedade capitalista, este conceito tem forte

¹ O município de Duque de Caxias é formado por quatro distritos, compostos por diversos bairros: 1º Distrito, Duque de Caxias; 2º Distrito, Campos Elíseos; 3º Distrito, Imbariê e 4º Distrito, Xerém.

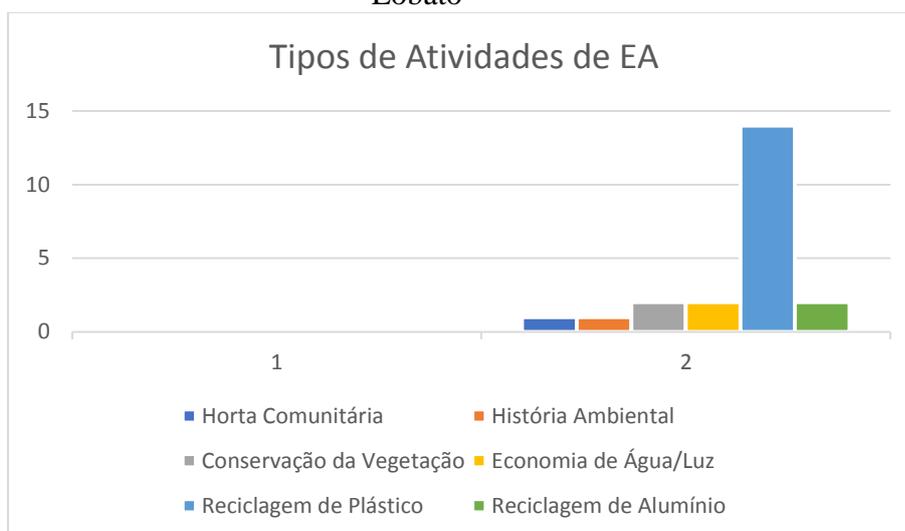
² Escola Estadual Municipalizada Marechal Mascarenhas de Moraes; Escola Municipal Monteiro Lobato; Escola Municipal Nossa Senhora do Pilar e, posteriormente, Escola Municipal Campos Elíseos. Vale ressaltar que a Escola Municipal Monteiro Lobato foi *locus* de investigação tanto de Floriano, quanto de Rios.



penetração nas práticas de professores (as) que afirmam desenvolver atividades de EA. Contudo, cabe aqui uma problematização desse conceito. Loureiro (2015) argumenta que sustentabilidade é uma ideia-força, amálgama inquestionável, um discurso de algo em condições de juntar todas as pessoas e classes sociais em um projeto de salvação do planeta. Não obstante, o autor cita uma classificação de sustentabilidade forte e fraca. A sustentabilidade fraca seria aquela mais adequada ao modelo capitalista de sociedade, ou seja, aquela que suporta uma quantidade de degradação natural em nome do bem-estar do conjunto da população. Tal sustentabilidade se apoiaria na oposição entre sociedade e natureza e, ainda, na crença inabalável da ciência como solução para os problemas ambientais.

Já a sustentabilidade forte, estaria ligada àqueles que questionam o modo de produção capitalista e advogam sua superação, uma vez que a desigualdade e a expropriação das populações e a exploração da natureza lhe são estruturais, não admitindo nenhum tipo de reforma, só a superação do capitalismo. Assim, o ideal seriam mudanças radicais na sociedade vigente e manutenção da integridade natural, com justiça ambiental. Desse modo, o (a) professor (a) quando atua na práxis da EA, tem a missão inicial de considerar a qual tipo de sustentabilidade se filia, isto é, o primeiro movimento é o de perceber o caráter eminentemente político da EA. Contudo, no entorno da REDUC essa é uma tarefa que exige amadurecimento teórico e político do (a) educador (a). As suscetibilidades encontradas naquele espaço por vezes servem de armadilha paradigmática e cortina de fumaça para as desigualdades e levam à não percepção, por parte de professores/as, de estruturas de expropriação e exploração montadas pelo capital. Tal percepção da realidade local, compõe hegemonicamente as concepções e práticas em EA dos/as educadores/as ambientais de Campos Elíseos, como ilustra no gráfico 1. Entretanto, a EAC se faz junto aos grupos atingidos pelo desenvolvimento econômico capitalista, baseado no industrialismo, na espoliação do trabalhador e na exploração da natureza (LAMOSA; LOUREIRO, 2015). Assim, torna-se imprescindível olhar a EA a partir dos conhecimentos produzidos nos movimentos de resistência ao modelo capitalista de produção e das lutas dos movimentos sociais.

Gráfico 1: atividades de Educação Ambiental na Escola Municipal Monteiro Lobato



Fonte: FLORIANO, 2011, p. 44



Além das atividades de cunho conservacionista e de tentativa de mudança de comportamentos³ observadas no gráfico, tanto Floriano (2011), quanto Rios (2011), verificaram, em levantamento que abrangeu quatro escolas da região, que as mesmas sequer colocaram em seus Projetos Políticos Pedagógicos menções a atividades referentes a EA com viés mais crítico e contestador, optando por atividades descontextualizadas e que não problematizam a produção/acumulação de riqueza na região em detrimento do bem viver da população.

Uma experiência numa escola pública na Baixada Fluminense

Considerando o cenário exposto acima, analisar a construção do objeto de pesquisa do educador ambiental, considerando a EAC implica avaliar quais os elementos no interior e no entorno da escola podem se configurar em sujeitos que confirmam materialidade a essas ações intencionais, contextualizadas, questionadoras e emancipatórias e EA.

A princípio, ao nos depararmos com o desejo da construção de uma práxis libertadora de educação e, especificamente de EA em Campos Elíseos, deparamo-nos com uma miríade de projetos que atendem a diversos interesses de classes ou frações de classes. Empresas e movimentos sociais disputam a hegemonia da ação sobre o meio ambiente e para tal utilizam o discurso do desenvolvimento sustentável e a EA como retórica. Imerso nesse contexto é que o (a) educador (a) ambiental tem que desenvolver suas atividades no interior das escolas.

O conceito de desenvolvimento sustentável é problemático em sua origem e concepção, pois conciliar desenvolvimento, nos moldes do modo de produção capitalista, com sustentabilidade dos sistemas naturais e sociais é, na acepção do termo, uma contradição já que despreza a relação social do capital em sua exigência de expropriação e expansão para se realizar. A esse respeito, Foladori (2001) afirma que a questão ambiental, para se eximir de tal reflexão, é tratada em uma perspectiva técnica, reduzindo os problemas ambientais aos limites físicos com os quais o ser humano se defronta em seu desenvolvimento. Contudo, como diz o autor, é preciso lembrar que os limites ao desenvolvimento são eminentemente sociais, posto que a exploração da natureza está intimamente ligada à exploração do trabalho. Já Loureiro (2012) afirma que é preciso questionar que tipo de sustentabilidade se busca e a quem ela interessa. O autor salienta a importância de se perceber não só o caráter polissêmico de termos como sustentabilidade e desenvolvimento, mas “como um mesmo conceito pode comportar sentidos antagônicos e incompatíveis” (p. 64).

Assim, cabe afirmar que na região de Campos Elíseos, o desenvolvimento e a sustentabilidade estão diretamente associados ao entendimento de cada sujeito social. Nesse sentido, definem-se como sujeitos importantes na cena socioambiental da região: a) as empresas com seus projetos de Responsabilidade Social e Educação Ambiental; b) as escolas com suas ações de educação ambiental; c) os projetos/propostas de educação ambiental do Estado *Strito Sensu*; d) os movimentos sociais e ONGs que atuam na

³ Logo, se desejamos uma educação ambiental que mude atitudes e comportamentos, e não apenas este último, devemos compreender como são os ambientes de vida, qual a posição social, ocupada pelos diferentes grupos e classes, como estes produzem, organizam-se e geram cultura, bem como as implicações ambientais disso, para que uma mudança possa ser objetivada. Sem que as condições sejam alteradas ou, pelo menos, problematizadas no processo de adoção de novos comportamentos, é difícil que novas atitudes aconteçam (LOUREIRO, 2012, p. 86).



região. Ao construir um objeto de pesquisa em educação ambiental crítica, é imprescindível que o (a) educador (a) considere todos esses atores.

As situações de injustiças socioambientais encontradas no entorno da REDUC configuram essa região em uma zona de sacrifício.

O termo “zona de sacrifício”, como já dito, caracteriza áreas habitadas por populações de baixo poder aquisitivo, que se instalam nestes locais justamente por serem desvalorizados no mercado imobiliário. Esta desvalorização atrai empreendimentos industriais de risco, contribuindo ainda mais para a desvalorização local. Também é característico destas localidades a precariedade de infra-estrutura básica, refletindo a baixa prioridade dada a estes locais pelo poder público. Este conjunto de fatores cria uma conjuntura que reforça a escolha sistemática e recorrente destes locais para instalação de 89 empreendimentos poluidores. Nestas áreas se instalam, por exemplo, aterros sanitários que recebem resíduos de áreas “nobres” distantes e pólos industriais cuja atividade implica grandes riscos de acidentes e poluição ambiental, comprometendo o solo, a água e atmosfera locais (RIOS, 2011, P. 88-89).

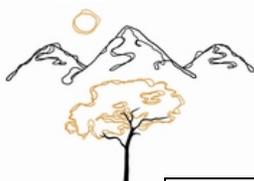
Soma-se a isso a dificuldade dos vizinhos do polo em conseguir água potável de forma regular. Em dissertação sobre a EA na região FLORIANO (2011) evidenciou tal dificuldade com a incorporação, no cotidiano das famílias dos alunos, de poços artesianos, depósitos insalubres de água e até mesmo da utilização de água cedida pela REDUC sem que se tivesse informação sobre sua potabilidade. Configura-se assim uma situação de forte injustiça ambiental comum na Baixada Fluminense (RAULINO, 2013) e que não pode ser ignorada ou escamoteada quando se pretende uma educação ambiental crítica.

Responsabilidade Social como elemento de conformação da população

A pesquisa preliminar junto às empresas sinalizou uma mudança nas relações com o seu entorno, sobretudo a partir do final do século XX. A aceitação das empresas, que antes era obtida com a “chantagem do desemprego” (LOUREIRO; RIOS, 2011), por meio da promessa de uma, suposta, geração de empregos para a comunidade, agora é forjada através de novas sociabilidades. Tal processo consiste na implementação de programas de Responsabilidade Social e Educação Ambiental (Quadro 1) junto às comunidades do entorno. O intuito dessas ações é melhorar a imagem das empresas junto à população, com apoio de parte da sociedade civil, além de neutralizar focos de resistência ao projeto de desenvolvimento implantado na região, responsável por acumulação da riqueza, desemprego estrutural, vulnerabilização socioambiental, dentre outras mazelas. Além disso, há a intenção manifesta de formatar um consenso entre as classes, baseado na cooperação, no empreendedorismo e no voluntariado.

Quadro 1 – Ações Reponsabilidade Social da REDUC em Campos Elíseos

REDUC: Integração Petrobrás Comunidades		
Projeto	- Instituição	Atuação
Sistema de Resposta para Emergências Externas do Pólo Industrial de Campos Elíseos (APELL -	ASSECAMPE/APELL	Treinamento e preparação de moradores locais para reagir a acidentes que possam ocorrer na planta industrial da REDUC; Aplicação de Cursos com incentivo ao empreendedorismo e



Campos Elíseos)		voluntariado.
Cozinha Escola Comunitária	União dos Brigadistas e Resgatistas Ambientais do Processo Apell de Duque de Caxias – UBRAPA	ONG, criada a partir do APELL, com característica voluntarista e empreendedorista.
Inclusão e Trabalho	Prefeitura Municipal de Duque de Caxias / Fundação de apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias (FUNDEC).	Parceria da Prefeitura com diversas empresas (maioria da REDUC), para a atuar na formação da mão de obra do município.
Programa Petrobras Agenda 21	ASSECAMPE/Sociedade Civil Local	Programa Agenda 21 Petrobrás, implementado pela REDUC, através das empresas associadas a ASSECAMPE. Além de atividades previstas em protocolos internacionais, abarca uma série de subprojetos escolhidos pelas empresas junto a Sociedade Civil. Ex.: Espaço da Imaginação (Associação Brasileira Terra dos Homens); Crescendo em Cultura e Arte (Projeto Crescer).

Fonte: elaboração própria a partir de informação nos sites e pesquisa junto as empresas e a Prefeitura de Duque de Caxias.

Assim, as empresas da REDUC formataram um novo consenso entre as classes baseado no assistencialismo, associativismo, empreendedorismo, cooperação e parceria entre a sociedade civil e a sociedade política. Destaca-se também o alinhamento ideológico entre as ações e as recomendações de organismos internacionais para a “humanização” das empresas. Esse processo de mudança nas relações das empresas com o seu entorno é denominado por Neves e Sant’Anna (2005) de Repolitização da Política e tem o objetivo de enfraquecer os movimentos reivindicatórios de trabalhadores e da população no geral, disseminando uma mentalidade empreendedorista, uma visão mercadológica nas escolas (indicada inclusive em seus Projetos Políticos Pedagógicos).

A responsabilidade social das empresas na região está reunida na Associação das Empresas de Campos Elíseos (ASSECAMPE). A associação foi criada em 2001, com o objetivo de “Promover a interlocução entre as indústrias, os órgãos públicos e as comunidades para garantir as melhores condições de segurança, proteção ambiental e qualidade de vida, por meio de ações planejadas (www.assecampe.com.br)”. No início sua principal função foi treinar as populações das 22 comunidades do entorno da REDUC para o caso de um eventual acidente e conseqüente fuga do local. Contudo, constitui-se hoje no principal canal entre as atividades de RS das empresas e a comunidade local. Desde 2001 a ASSECAMPE coordena o Sistema de Resposta para emergências Externas (APELL), que por si só já evidencia os riscos que aos quais a



população e os trabalhadores das empresas estão expostos. Interessante salientar que o projeto APELL-CE (Sistema de Resposta para Emergências Externas do Pólo Industrial de Campos Elíseos) tem como pontos de encontro no plano de fuga as escolas municipais e estaduais da região. Mesmo assim, segundo RIOS (2011) e FLORIANO (2011), estas em momento algum se propõem a discutir tal situação ou mesmo inserir os procedimentos de fuga em seus projetos políticos pedagógicos.

O Estado *Strito Sensus*

Importante ressaltar que a participação da Secretaria Municipal de Educação (SME), enquanto representante do Estado *strito sensu*, tem sido de quase completa ausência (conveniente/conivente) na formulação de políticas para a EA nas escolas. O Plano Municipal de Educação (PME) aprovado, adiou para “momento posterior” a discussão sobre a EA. Verificou-se também, algumas iniciativas de cursos de EA ministrados pela Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento a agricultores do município, o caráter desses cursos está ligado ao aumento da produtividade e não a práticas socioambientais saldáveis. Diversas vezes a agenda da EA nas escolas é sugerida e operacionalizada por empresas do Pólo Petroquímico, associadas a ASSEAMPE/APELL ou no bojo das atividades da Agenda 21 da Petrobrás.

Vale ressaltar, que, além de toda essa gama de propostas e visões de EA que chegam” as escolas municipais em Duque de Caxias, o/a educador/a ambiental também se defronta, em escolas estaduais principalmente (lembrar que a maioria dos/as professores/as atua em duas matrículas), projetos e propostas oriundo do Estado Strito, nos âmbitos estadual e federal. É o caso da Proposta do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), denominada Escolas Sustentáveis. Menezes (2015) em importante análise sobre tal proposta, aponta para sua incapacidade de questionar as condições socioambientais do entorno das escolas, visto que coaduna com uma postura conciliatória, acrítica e escamoteadora, segundo a qual, bastariam ações coordenadas nas escolas para que essas se transmutassem em agentes transformadores da realidade socioambiental de seu entorno. Considerando que as escolas da região de Campos Elíseos estão inseridas em contextos de assimetrias sociais e ambientais, pode-se dizer que as Escolas Sustentáveis do MEC/MMA estão longe de constituir proposta transformadora, além disso, a autora conclui que o financiamento público das chamadas escolas sustentáveis é insuficiente e abre margem para inserção de empresas nas escolas com seus projetos de EA e responsabilidade social, o que fragiliza a luta das classes trabalhadoras por uma escola pública de qualidade.

O SINDIPETRO-CAXIAS e o Fórum dos Atingidos Pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (FAPP-GB)

Assim, na construção do objeto de pesquisa em EAC deve-se considerar todos esses agentes. Na região de Campos Elíseos é a interação entre A RS das empresas, a EA nas escolas (permeadas por influências e demandas das empresas da região), a atuação/omissão da sociedade política, criam um espaço de consenso, onde as demandas do capital são atendidas em detrimento do bem-estar da população. Acreditamos que só uma estrutura democrática que possibilite controle social do Estado e o fortalecimento dos movimentos sociais (LOUREIRO, 2012), articulado com a organização dos trabalhadores em torno das questões socioambientais da região, podem construir um



projeto contra hegemônico em Campos Elíseos. É nesse sentido, que apontamos o Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias (Sindipetro-Caxias) e o Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (FAPP-GB), como elementos imprescindíveis, do ponto de vista da ecologia política (LOUREIRO, 2012) na busca por uma sustentabilidade que, resultado de um processo histórico, supere as condições de exploração e de apropriação privada da riqueza gerada em Campos Elíseos em favor da população.

O Sindipetro-Caxias foi criado em 1962 e em 1964 foi fechado pela ditadura militar, só voltando a atuar em 1985. O sindicato é filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e tem participação ativa nas questões dos trabalhadores do Pólo Industrial configurando-se assim em um importante componente da trama socioambiental de Campos Elíseos.

O Sindipetro-Caxias alia-se com alguns movimentos sociais da região, além de colaborar logisticamente com outros sindicatos como o Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino, seção Duque de Caxias (SEPE CAXIAS) em suas lutas. Quanto à participação na cena socioambiental, ressalta-se que um sindicato que congrega os funcionários do pólo industrial tem importância fundamental, podendo manter uma postura crítica a favor da população do entorno, denunciando os riscos potenciais a essa população, além de colaborar na construção de uma organização coletiva e organizada desses trabalhadores e moradores na gestão do ambiente em Campos Elíseos.

O Fórum dos Atingidos Pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara (FAPP-GB) é uma reunião de movimentos sociais, organizações de pescadores, moradores, sindicatos de trabalhadores, ONG's, entidades trabalhistas, pesquisadores universitários, professores e estudantes do entorno da Baía de Guanabara. O objetivo é garantir a participação da população e dos grupos vulneráveis nas decisões sobre a gestão ambiental do entorno da Baía, sobretudo no tocante as atividades industriais ligadas ao petróleo e a petroquímica. Fundada em abril de 2012 e sediada, inicialmente no espaço do Museu Vivo do São Bento, em Duque de Caxias, o FAPP-BG tem se articulado no sentido de abarcar as demandas das populações vulneráveis e, com apoio de setores de universidades locais, associações de moradores, professores e outros grupos, colocar em prática uma agenda de lutas e reivindicações das populações vulnerabilidades pela modelo de desenvolvimento que se impôs à Baixada Fluminense e na região da REDUC. Contudo, é necessário ressaltar que o FAPP-BG é permeado por tensões e disputas inerentes a sua própria composição. A congregação de movimentos sociais do tipo classista e de novos movimentos sociais⁴, gera uma convivência que, por vezes, se mostra tensa, sem ser conflituosa. Destarte, esse ator social tem potencial para fazer a crítica a esse modelo na busca por uma práxis que seja crítica e libertadora e que atue na construção de uma sustentabilidade forte, superando as condições de expropriação e exploração as quais estão submetidos os/as moradores/as das cercanias da REDUC.

⁴ Loureiro (2006) aponta para a importância da articulação dos movimentos sociais para a luta contra hegemônica das classes subalternas. O autor distingue (não de forma absoluta, nem inconciliável) os movimentos sociais classistas, como aqueles que buscam a superação do modo de produção capitalistas e os novos movimentos sociais, que se articulam em torno de demandas específicas – feministas, religiosos, étnico-raciais, questões de gênero e outros – muito destacados no Brasil no final da década de 1980, com o período de “redemocratização” do país.



Considerações Finais

Construir um objeto de pesquisa em Educação Ambiental Crítica, é tarefa que exige do (a) educador (a) um amadurecimento teórico e, sobretudo, uma postura contra hegemônica. É equivocado acreditar que a superação do atual modelo de sociedade se dará pelo acúmulo e multiplicação de práticas individuais e mudanças de comportamentos (LOUREIRO, 2012). As questões objetivas do cotidiano da escola dificultam a construção problematizada desse objeto. Uma vez que, diante de dificuldades materiais, inadequação de carga horária e perda gradual da autonomia, este (a) professor (a) submetido (a) a processos de gerenciamento de suas atividades (muitas vezes reduzido(a) (a) a um (a) executor (a) de tarefas pré-estabelecidas) acaba por se filiar a uma visão conservadora de EA.

A desigualdade e diversidade de sujeitos do entorno da REDUC, com interesses também diversos e, por vezes contraditórios, se converte, do ponto de vista da justiça ambiental, em elemento fundamental na pesquisa em EAC. É imprescindível, na perspectiva da EAC e da justiça ambiental, explicitar os processos sociais de uso e apropriação do território e seus efeitos sobre a vida das pessoas, fomentando uma participação coletiva e organizada das comunidades do entorno da REDUC, com objetivo de influenciar nas decisões sobre as questões socioambientais. Para tanto, faz-se necessário desnaturalizar as assimetrias e desvelar os discursos de responsabilidade social das empresas.

Enfim, o que está em jogo ao se pensar e delimitar o objeto de pesquisa na EAC são as condições de existência material das classes subalternas, frente a um projeto de desenvolvimento que espolia a natureza e explora os trabalhadores, mas que é “consentido” socialmente devido à capacidade dos aparelhos privados de hegemonia do capital em esvaziar o caráter público da educação e instituir processos que educam para o consenso, ou seja, para a naturalização das relações econômicas e a organização de um Estado que reproduz as formas de dominação de classe.

Referências Bibliográficas

ACCIOLY, I. Ideologia do desenvolvimento e do consumo sustentável na educação ambiental: uma análise das políticas públicas na Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. In: **Educação Ambiental no Contexto Escolar: um balanço crítico da década da educação para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Quartet/CNPq, 2015. P. 68-74.

ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE CAMPOS ELÍSEOS (ASSECAMPE). Disponível em <<http://www.assecampe.com.br/>> Acesso em 19/3/2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Informações sobre os municípios brasileiros. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>. Acessado em 17/3/2017.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001.

FLORANO, M. D. **Educação e Meio Ambiente na Baixada Fluminense: uma proposta de educação ambiental crítica numa escola municipal em Duque de Caxias, RJ**. Dissertação. Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Rio de Janeiro. IFRJ: Nilópolis, RJ, 2011. 111p.



GONÇALVES, R. **Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão na atual modelo brasileiro de desenvolvimento.** Rio de Janeiro: LCT, 2014.

LAYRARGUES, P. P.; LIPAI, E. M.; PEDRO, V. V. Educação Ambiental na Escola: tá na lei...In: **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola.** Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental/Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental – UNESCO, 2007.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável: polêmicas, aproximações e distanciamentos. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAMOSA, R. de A. C. (orgs.). **Educação ambiental no contexto escolar: um balanço crítico da década da educação para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Quartet/CNPq, 2015 P. 35-67.

LOUREIRO, C. F. B.; RIOS, N. **Educação ambiental em escolas próximas ao pólo industrial de campos elíseos: a influência do contexto industrial e do risco.** VI EPEA, Ribeirão Preto, SP, setembro, 2011.

_____. **Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política.** São Paulo: Cortez, 2012. 128p.

_____. **Movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006. 160p.

MARTINS, A. S.. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil Contemporâneo.** Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MENEZES, A. K. **Escolas Sustentáveis e Conflitos Socioambientais: Reflexões sobre o programa governamental das Escolas Sustentáveis sob a ótica da Justiça Ambiental.** Dissertação Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. 160f.

NEVES, M. L. W.; SANT'ANNA. Gramsci, o Estado Educador e a Nova Pedagogia da Hegemonia. In: NEVES, L. M. W (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso.** São Paulo, Ed. Xamã, 2005.

NEVES, L. M. W. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso.** São Paulo, Ed. Xamã, 2005.

PETROBRÁS. REDUC. **Integração Petrobrás Comunidade.** Disponível em: <http://sites.petrobras.com.br/minisite/ipc/rj-es2013/>, acessado em 23/4/14.

PROCESSO APELL – Campos Elíseos. Disponível em <<http://www.apellce.com.br.>> Acesso em 7/9/2015.

RAULINO, S. F. Riscos, empregos, “desenvolvimento” e condições de vida: temor e consentimento nas representações de populações que sofrem os efeitos de proximidade da REDUC. In: Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara. **50 anos de Refinaria Duque de Caxias e a Expansão da Indústria Petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal.** Rio de Janeiro: FASE, 2013.

RAULINO, S. F. Riscos. **Construções da Vizinhança: temor e consentimento nas representações dos efeitos de proximidade entre grandes empreendimentos industriais e**



populações residentes. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. UFRJ/IPPUR. Rio de Janeiro, 2009.277p.

REFINARIA DUQUE DE CAXIAS, REDUC. <http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/refinaria-duque-de-caxias-reduc.htm>.

Acessado em 15.7.2015.

RIOS, N. T. **EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS PRÓXIMAS AO PÓLO INDUSTRIAL DE CAMPOS ELÍSEOS**: a influência do contexto industrial e do risco. Dissertação UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - FACULDADE DE EDUCAÇÃO. RIO DE JANEIRO, 2011.

SINDIPETRO-CAXIAS. **O Sindicato**. Disponível em: www.sindipetrocaxias.org.br/index.php/o-sindipetro-caxias.> ,Acesso em 25/09/2015.

SILVA, C. **Mapeamento na Área de Influência em refinaria de Petróleo Apoiado em Sistemas de Informação Geográfica como Suporte ao Planejamento de Ação em Emergências** [Rio de Janeiro] 2007 XIII, 97p. 29,7cm (COPPE/UFRJ, M.Sc., Engenharia Civil, 2007).

SEVÁ, O. O Estado do Rio de Janeiro, capital dos problemas ambientais e sociais da indústria petrolífera: os casos do litoral Norte Fluminense e da Baía de Guanabara. In: **50 anos de Refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil**: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal. Rio de Janeiro: FASE/FAPP-BG, 2013. P. 71-113.